



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS

**ATA**

**I REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA  
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO TOCANTINS**

Data: 25 de abril de 2016

Horário: das 16h às 18h40

Local: Sala do Psicólogo (ao lado do Centro de Conciliação)

<b>Participantes</b>	<b>Cargo e Unidade</b>
Ricardo Antônio Nogueira Pereira	Diretor da Secretaria Administrativa
Harley Caixeta Seixas	Supervisor da Seção de Modernização Administrativa
Yuri Ribeiro de Carvalho	Supervisor da Seção de Tecnologia da Informação, em substituição
Eveni Alves Dias	Supervisor da Seção de Controle Interno
Daty Manuela Dantas Silva	Diretora do Centro Judiciário de Conciliação
Cynthia de Nazaré Vaz Salbé	Diretora do Núcleo de Recursos Humanos
Iracema Ribeiro de Sena	Diretora do Núcleo de Administração, em substituição
Clenys reges Rosário Pereira de Castro	Diretora de Secretaria da 1ª Vara Federal
Francisco Vasconcelos Chaves	Diretor de Secretaria da 2ª Vara Federal
Wandemir Rodrigues de Oliveira	Diretor de Secretaria da 3ª Vara Federal
Thiago Abas de Moraes Rego	Diretor de Secretaria da Vara Única de Araguaína
Murilo dos Santos Soares	Supervisor da Seção de Suporte Admin. e Operac. da Subseção de Gurupi

Registre-se a ausência dos representantes do Núcleo Judiciário, do Núcleo de Apoio à Turma Recursal (justificada) e dos Diretores de Secretaria da 4ª Vara Federal (justificada) e do Diretor de Secretaria da Vara Única de Gurupi, que foram convocados por integrarem o Comitê Institucional de Planejamento Estratégico – Cipe-SJTO.

**1. Abertura da reunião**

A reunião foi iniciada pela Supervisor da Semad, Harley Seixas, que salientou que a reunião era uma continuidade da Reunião de Análise da Estratégia – RAE, realizado no dia 19 de abril de 2016, tendo em vista que naquela ocasião ficou prejudicada a discussão do desempenho nas metas devido a ausência de vários diretores de secretaria de vara.

**2. Análise do desempenho nas metas**

O Supervisor da Semad passou a coordenar a análise dos motivos que impactaram o desempenho em cada uma das metas, solicitando aos diretores de secretaria que se manifestassem sobre as dificuldades enfrentadas, bem como as boas práticas desenvolvidas por cada unidade.

- Meta 1/2016:

- Nas 1ª, 2ª e 3ª Varas Federais e na Turma Recursal, relatores 2 e 3, o desempenho está excelente, tendo rendimento acima do esperado para a meta.
- Foi levantado como causa para o baixo rendimento da 4ª Vara na meta, o fato da vara estar sem juiz federal. O juiz titular está afastado para estudo no exterior e a vaga de juiz substituto nunca foi ocupada, desde a instalação da vara em 24 de junho de 2013.
- O Diretor da 2ª Vara informou que os despachos da vara tem sido realizados pelo juiz substituto da 3ª vara, que tem prestado auxílio tanto a 2ª, quanto a 4ª vara.
- O baixo rendimento do Relator 1 da Turma Recursal, se deve à convocação do magistrado para o Tribunal Regional Eleitoral, conforme explicitou o diretor da Secad.
- Em Araguaína, de acordo com o Diretor de Secretaria da Vara, o baixo rendimento se deve a mudança de titularidade do juiz da vara. O juiz anterior saiu em novembro de 2015 e a nova magistrada chegou somente em fevereiro de 2016. Além disso, as juízas que estão atualmente designadas para a Vara Única de Araguaína, estão se adaptando a realidade local e ao enorme acervo.
- Em Gurupi, o supervisor da Sesap, informou que o rendimento foi prejudicado pelo excesso de processos distribuídos da Procuradoria da Fazenda Nacional.

- Meta 2/2016:

- Na análise das varas comuns:
  - a 2ª Vara está com o rendimento dentro do esperado, quase alcançando 100% da meta;
  - na 1ª Vara e na Vara única de Gurupi, o desempenho está regular, sendo necessário um esforço maior para entrar dentro do resultado esperado para meta;
  - na Vara Única de Araguaína o desempenho está a quem do esperado. A justificativa para tal desempenho, de acordo com o Diretor da Secretaria da Vara, se deve ao enorme acervo e ao grande número de afastamento de servidores, o que tem comprometido ainda mais os resultados da vara.
- Na análise dos Juizados Especiais Federais:
  - o resultado das varas JEF está dentro do esperado, com rendimento acima da meta, tanto nas varas da capital como das subseções.
- Na análise da Turma Recursal:
  - o resultado encontra-se acima da meta para todos os relatores.
- A diretora de secretaria da 1ª Vara salientou a importância de atentar para a lista de processos que impactam a meta, de forma a identificar gargalos que impedem o alcance das metas.
- O Diretor da Secad ressaltou a necessidade de envidar esforços para visar os processos que tem relação direta com a meta, como forma de dar visibilidade à sociedade do trabalho que esta sendo executado pela Justiça Federal, uma vez que os resultados das metas são publicados de forma aberta na internet.
- Os diretores presentes testificaram a necessidade de dar foco nos processos da meta, esforço esse que será empregado nos próximos meses.
- O supervisor da Semad ressaltou a importância da RAE, como forma de promover a reflexão das unidades jurisdicionais sobre a melhoria de seus desempenhos. Com gestão e organização é possível alcançar um bom resultado nas metas e um bom desempenho dentro das unidades jurisdicionais.

- Meta 3/2016:

- Os diretores presentes salientaram que, na Seção Judiciária do Tocantins, não há processos passíveis de conciliação na 4ª Vara e na Turma Recursal. E o fato dessas unidades entrarem no cálculo da meta, impacta negativamente no resultado da seccional, uma vez que sempre terão como resultado 0%.
- O Diretor da Secad solicitou que fosse verificado a possibilidade de excluir tais unidades do cálculo da meta.
- Em relação às demais varas, o desempenho está comprometido, com exceção da 3ª Vara JEF que está com desempenho excelente, ultrapassando em muito o previsto para a meta.
- De acordo com os diretores presentes, os procuradores dos INSS não participam de conciliação.
- O Diretor da Secad salientou que para o alcance da meta é necessário promover a conciliação em pelo menos 1 processo a mais do que foi promovido em 2015.
- O Diretor da Secad solicitou ao supervisor da Semad o quantitativo de processos encerrados por conciliação no ano de 2015.
- O Diretor de Secretaria de Araguaína apontou a dificuldade enfrentada nos processos de conciliação na

Subseção, uma vez que os órgãos e entidades não possuem representação em Araguaína, o que impede o agendamento de audiências. Sendo apontado este fato como um dos principais motivos para o baixo desempenho nas metas.

- A Diretora do Cejuc reiterou o problema enfrentado em Araguaína, lembrando do "movimento conciliação 0" promovido pelos órgãos de representação.
  - O Diretor de Araguaína solicitou que fosse realizada mutirões de conciliação em Araguaína para melhorar o desempenho da meta.
  - O Diretor da Secad ressaltou o momento de restrição orçamentária que a Justiça Federal tem enfrentado, o que poderá dificultar a realizações dessa ações. Entretanto, orientou o Diretor da SSJ/ARN da necessidade de elaboração de projeto para essa finalidade, bem assim da importância de a Diretoria da Subseção fazer gestões junto à COJEF para a liberação de recursos para execução do projeto, antes do seu encaminhamento à Diretoria do Foro da SJTO.
  - O Diretora da Cejuc ressaltou a necessidade de que se destaque um servidor de Araguaína para implantar o serviço de conciliação na subseção, a fim de centralizar e dar prioridade a esses processos. Ela salientou que o serviço do servidor seria basicamente administrativo, envolvendo a elaboração de pautas e a intimação das partes, uma vez que. com o curso de conciliadores existem vários conciliadores voluntários inscritos em Araguaína, capazes de realizar as audiências.
  - Quanto ao espaço para realização de audiências, a Diretoria da Subseção informou que a Justiça Eleitoral de Araguaína cedeu espaço para a Subseção instalar outra sala de audiência, o que será providenciado.
  - O diretor de Araguaína ressaltou a dificuldade de destacar um servidor para cuidar especificamente dos processos de conciliação, devido ao reduzido número de servidores, mas que iria verificar com a Juíza Federal da Subseção a possibilidade de implementação da sugestão proposta.
- Meta 4/2016:
    - O desempenho na meta está a quem do esperado em todas as unidades jurisdicional.
    - De acordo com os diretores presentes o baixo desempenho se deve ao declínio de competência dos processos dessa natureza para as subseções que foi para o Tribunal, ficando parada a tramitação por aproximadamente 2 anos.
    - O diretor da Secad solicitou que a Semad levante a lista de processo que impactam essa meta.
    - O diretor de Araguaína salientou as dificuldades encontradas nesses tipos de processos, como a indisponibilidade de bens, que atrasa os processos.
    - O Diretor da 2ª Vara expôs uma boa prática que vem sendo desenvolvida na sua unidade, que é o desmembramento da ação improbidade assim que ela chega na vara. No momento da chegada do processo na vara, é aberta uma Cautelar Inominada que irá concentrar todos os pedidos de bloqueio e desbloqueio da ação principal. Dessa forma a ação de improbidade pode seguir tramitando sem atraso.
    - A Diretora da 1ª Vara também apresentou uma boa prática, que consiste na eliminação de expedição de cartas precatórias, tendo em vista a demora na devolução/cumprimento, e a sua substituição por AR por mão própria, que, de acordo com a Diretora, agiliza o processo.
    - Todos os diretores presentes elogiaram as boas práticas apresentadas e demonstraram interesse em implantá-las nas suas unidades.
    - O diretor de Araguaína ressaltou a dificuldade da DPU não querer fazer a defesa dos ex-agentes públicos.
    - A Diretora da 1ª Vara salientou que o problema também é enfrentado em Palmas, mas propôs como solução a possibilidade de passar a defesa para o escritório modelo, por meio de convênio, medida essa já utilizada em Palmas.
  - Meta 5/2016:
    - Os números da meta estão ruins para todas as varas, com exceção para Gurupi, que já alcançou a meta.
    - O Diretor da 2ª Vara expôs o procedimento da 2ª Vara: eles arquivaram todos os processos de execução no fim do ano passado, e abriram novos processos somente com os documentos essenciais, de forma a eliminar processos com muitos volumes. Esse procedimento aumentou o numero de processos distribuídos esse ano, por isso o desempenho do indicador se apresenta momentaneamente ruim, mas de acordo com o Diretor, dentro do controle da vara.
    - A Diretora da 1ª Vara colocou como razão para o baixo indice no indicador, a dificuldade de encontrar bens e por esse motivo os processo ficam suspensos, prejudicando o desempenho na meta.
  - Meta 6/2016:
    - O desempenho da meta na capital (1ª e 2ª Varas) está regular, e nas subseções em nível muito ruim.
    - Os diretores presentes disseram que esses processos dependem mais das partes, do que da vara para o alcance

das metas, mas se comprometeram a atentar para a lista de processos que impactam a meta para melhorar o nível da meta.

- Meta 7/2016 e 8/2016:
  - Os processos dessas metas se referem a processos criminais, e por tanto a análise do indicador se deu comprometida pela ausência de representante da 4ª Vara Criminal e da Vara Única de Gurupi.
  - Quanto a Araguaína, o Diretor reconheceu o baixo nível de desempenho na meta, e justificou na escassez de servidores e magistrados para dar conta do serviço.
- Meta 12/2016
  - A diretora do Nucre informou que está acompanhando o número de afastamentos que tem aumentado o grau de absenteísmo dos servidores, e que está verificando junto com a Sebes os motivos dos afastamentos, de forma a tentar reduzi-los com o uso do serviço de psicologia.
  - O diretor da 2ª Vara salientou a concessão de atestados de acompanhamento de pessoa da família por motivos irrelevantes.
  - O diretor da Secad sugeriu que os atestados de acompanhamento sejam acompanhados de relatório médico informando a real necessidade do acompanhamento por parte do servidor.
  - A diretora do Nucre informou que já está trabalhando no sentido de contribuir para a diminuição do adoecimento dos servidores, com a utilização do serviço de psicologia e a realização de palestras e rodas de discussão sobre diversos temas de interesse dos servidores (criação de filhos, finanças, desenvolvimento profissional, saúde física e mental, etc.).

### **3. Deliberações do CIPE-SJTO**

- Os diretores presentes afirmaram que até o momento não trabalhavam com foco nos processos que impactam as metas, mas que a partir de agora darão atenção especial às lista de processos.
- O Diretor de Araguaína solicitou ao Diretor da Secad verificar a possibilidade de realizar um esforço concentrado em Araguaína, com a participação dos novos juízes do último concurso que ainda não possuem designação de lotação, na forma de auxílio.
- O Diretor da Secad esclareceu que desde a instalação da Subseção Judiciária de Araguaína foram realizados vários esforços concentrados objetivando a melhoria da prestação jurisdicional. Entretanto, em razão das restrições orçamentárias neste exercício, ações que demandem necessidade de recursos para pagamento de diárias e passagens aéreas poderão encontrar dificuldade para serem executadas. Entretanto, orientou o Diretor da SSJ/ARN da necessidade de elaboração de projeto para essa finalidade, com definição de demanda, justificativa, objetivos, quantidade de processos impactados, custos, etc. Além disso, ressaltou da importância de a Diretoria da Subseção fazer gestões junto ao TRF1 para a sensibilização quanto à necessidade de execução desses projetos, antes mesmo do seu encaminhamento à Diretoria do Foro da SJTO.
- O Diretor da Secad sugeriu estudar a possibilidade da realização de audiências de conciliação por meio de videoconferência em Araguaína, utilizando a estrutura do CEJUC em Palmas, o que poderia amenizar o problema da falta de órgãos de representação naquela cidade.
- A Diretora da 1ª Vara sugeriu mandar malotes de processos para esses juízes que não possuem lotação definitiva, de forma a eles darem auxílio no local onde estiverem, de forma a diminuir os custos com mutirões presenciais em Araguaína.
- Como forma de melhorar o desempenho das metas, os diretores presentes ressaltaram a importância de valorização dos servidores, que não tem seus anseios atendidos no que se refere aos reajustes salariais pleiteados.
- A diretora da 1ª Vara salientou que é necessário ter atenção a motivação dos servidores, utilizando as ferramentas que estão a disposição dos gestores, como por exemplo a flexibilização de horário.
- O Diretor da Secad solicitou à Semad o levantamento das listas de processos que impactam as metas e o envio das mesmas aos respectivos diretores.

### **4. Providências a serem tomadas pelo CIPE-SJTO**

- Solicitar ao Tribunal e enviar as listas de processos impactados por cada meta.
  - Levantar o número de processos encerrados por conciliação no ano de 2015, para subsidiar o cálculo para esse ano.
  - Agendar próxima RAE para o mês de agosto de 2016.
  - Submeter as atas da 1ª RAE do CIPE-SJTO ao CIPE-TRF1.
-



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antonio Nogueira Pereira, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 29/04/2016, às 10:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Harley Caixeta Seixas, Supervisor(a) de Seção**, em 29/04/2016, às 12:25 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Murilo dos Santos Soares, Analista Judiciário**, em 29/04/2016, às 12:42 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Iracema Ribeiro de Sena, Diretor(a) de Núcleo em exercício**, em 29/04/2016, às 15:58 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Abas de Moraes Rego, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 29/04/2016, às 16:32 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clenys Reges Rosário Pereira de Castro, Diretor(a) de Secretaria de Vara**, em 29/04/2016, às 20:26 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Daty Manuela Dantas Silva, Diretor(a) de Centro**, em 03/05/2016, às 09:23 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia de Nazaré Vaz Salbé, Diretor(a) de Núcleo**, em 03/05/2016, às 18:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **2095579** e o código CRC **1E7FA7C7**.